

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.085.101 - SP (2017/0083144-2)**

**RELATOR : MINISTRO SÉRGIO KUKINA**

**AGRAVANTE : CANAMOR AGRO - INDUSTRIAL E MERCANTIL S/A**

**ADVOGADOS : ROSANA JANE MAGRINI - SP107835**

**LUCIANO TADEU TELLES - SP162637**

**AGRAVADO : FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**PROCURADORE : MARIA THEREZA MOREIRA MENEZES - SP081500**

**S**

**MARIA LIA PINTO PORTO - SP108644**

**CARLOS ALBERTO BITTAR FILHO E OUTRO(S) -  
SP118936**

**DECISÃO**

Trata-se de agravo em recurso especial manejado pelo **Canamor Agro - Industrial e Mercantil S/A**, desafiando decisão da Presidência da Seção de Direito Público do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, que negou seguimento ao recurso especial, sob os seguintes fundamentos: (I) Não houve violação ao art. 1.022 do CPC/2015; (II) os argumentos expedidos não são suficientes para infirmar as conclusões do acórdão combatido; (III) não ficou evidenciado o suposto maltrato às normas legais enunciadas; (IV) as teses suscitadas no apelo especial demandariam novo exame do acervo fático-probatório dos autos, providência vedada em recurso especial, nos termos da Súmula 7/STJ; e (V) *"quanto ao dissenso interpretativo, versa a jurisprudência arrolada acerca de exegese lastreada em matéria tática, cuja verificação da possível identidade com o caso concreto implicaria reexame da prova produzida, ao arrepio da Súmula 7 do Egrégio Superior Tribunal de Justiça."* (fl. 4.923).

**É o relatório.**

Verifica-se que o inconformismo não ultrapassa a barreira do conhecimento, pois a parte agravante deixou de impugnar, especificamente, todos motivos adotados pelo Tribunal de origem para negar trânsito ao apelo especial, limitando-se a reeditar os mesmos argumentos apresentados no recurso inadmitido.

Ressalta-se que, apesar de fazer menção ao verbete sumular nº 7/STJ (discorrendo, genericamente, sobre a aplicação da legislação tida como violada), a parte agravante não declinou os motivos pelos quais, no seu entender, o referido óbice não seria aplicável ao caso concreto.

Incide, desse modo, a Súmula 182/STJ (*"É inviável o agravo do art. 545 do CPC que deixa de atacar especificamente os fundamentos da decisão recorrida."*).

Essa foi a linha de entendimento recentemente confirmada pela Corte Especial do STJ, na assentada de 19 de setembro de 2018, ao julgar o **EAREsp 701.404/SC** e o **EAREsp 831.326/SP** (acórdãos pendentes de publicação).

Diante do exposto, **não conheço** do agravo.

Publique-se.

Brasília (DF), 19 de fevereiro de 2019.

MINISTRO SÉRGIO KUKINA  
Relator

